

**Legitimidade e qualidade no ensino da Sociologia na Educação Básica: o  
aprendizado da imaginação sociológica**

Adelia Maria Miglievich Ribeiro

No ano de 2008, a sociologia reavia seu *status* de disciplina obrigatória, por *força* da Lei nº 11.683, de 2 de junho de 2008, que expressou a culminância da luta de inúmeros profissionais, suas associações, sindicatos e sociedade científica ao longo de décadas. A permanência da disciplina no quadro das disciplinas acolhidas tradicionalmente na matriz disciplinar para o ensino médio, contudo, ainda demanda cuidados especiais a julgar pela história da disciplina, marcada por intermitências em sua presença nos currículos escolares (Silva, 2004; Moraes, 2003) e freqüente *suspeição*. Não há garantias, pois, de que a obrigatoriedade se mantenha se a legitimidade de sua inclusão não se sedimentar na escola e fora, dela, na sociedade mais ampla.

Há positividade de que sejam os sociólogos, seus cursos e sua sociedade científica instados a uma reflexão permanente sobre como realizar da maneira mais rica possível o ensino de um conteúdo desconhecido e subestimado socialmente mas que, a despeito disso, aqueles nele formados avaliam como relevante na formação dos jovens que se encaminham para uma participação plena na sociedade. Assim, em que pese a *injustiça* de parecer que apenas a Sociologia necessita se justificar perante a escola e a sociedade em sua presença, isso pode vir ao encontro de um desejável aprimoramento deste campo de conhecimento, de sua aplicação, da prática docente, das metodologias de aprendizagem, dentre outros aspectos. Não há que se lamentar, nesta perspectiva, o imperativo dos esforços de legitimação da Sociologia; mais lamentável é o caso das disciplinas que, donas de um capital simbólico irrefutável, mantêm-se alheias a todo debate e não efetuam, entre os pares, a necessária autocrítica no enfrentamento dos desafios inevitavelmente postos pelo tempo.

Na construção da legitimidade da Sociologia como disciplina na Educação Básica, a comunidade dos cientistas sociais, com ênfase aos quadros universitários, tem um papel singular a desempenhar, qual seja, a dedicação às pesquisas capazes de elaborar teoricamente suas potencialidades educacionais. O *sentido* da sociologia na escola implica a intensificação dos fóruns de discussão acerca de seu ensino nas escolas e nas universidades. A validade da sociologia na escola, sua permanência e seu melhor aproveitamento ainda dependem de estudos e reflexões em torno desta.

Um olhar mais acurado sobre a história da disciplina revela que em diferentes contextos sua presença ou ausência nos currículos escolares teve a ver com uma multiplicidade de fatores que não se reduzem a este ou aquele regime político instaurado. A título de exemplo, observamos que, em fins do século 19, ainda no Império, quando pela primeira vez a disciplina foi proposta, uma disputa entre Sílvio Romero, que via na sociologia uma ciência legítima, e Tobias Barreto, que a considerava uma *falácia*, parecia antecipar uma polêmica recorrentemente atualizada acerca da possibilidade mesma do conhecimento sociológico, no momento em que esta *ciência* estava nascendo na Europa e nos EUA. Para mais um exemplo, é curiosa a distância que o campo acadêmico das ciências sociais tomou do ensino da sociologia, a partir das décadas que se seguiram à Reforma Capanema, nos anos 1930. Antes, incandescentes debates sobre sua inclusão nos cursos secundários; depois, apenas uma disciplina de pouco prestígio que parecia não se relacionar com os esforços de institucionalização das ciências sociais, em nível universitário. O fosso entre Educação Básica e Universidade aprofundou-se nos anos de consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil, por um aparente efeito de insulamento acadêmico que contribuiria para a invisibilidade da disciplina.

Entender as motivações da perda de centralidade da educação e do ensino de sociologia nas sociedades científicas e retomá-la torna-se condição de se projetar uma disciplina com maiores chances de legitimidade na escola hoje. Pesquisas *sobre questões de ensino* da sociologia se contempladas na pós-graduação de Ciências Sociais e/ou Sociologia tendem a ajudar na substituição dos discursos meramente ideológicos por um debate consequente na revisão deste campo de conhecimento na atualidade em suas múltiplas interfaces.

Qual o caráter do ensino de sociologia no ensino médio? É para nós cara a percepção de Pierre Bourdieu de que uma aula de sociologia é também a expressão da *condição* do sociólogo enquanto intelectual, num *campo* (social) em que atores – ele também, o intelectual – interagem, disputam, acumulam prestígio, credibilidade e recursos, atualizando incessantemente o campo – o que pode significar sua transformação, dele, ator, e dele, o campo. A concepção de *habitus* possibilita, pois, a percepção das tensões, conflitos, conformações, encontros, desencontros que marcam as relações sociais, levando o aluno a pensar simultaneamente sua condição humana de agente, criativo e livre e os constrangimentos com os quais lida, sua dupla inscrição em sociedade: estruturador da vida em sociedade ao mesmo tempo em que estruturado nesta.

Bourdieu também nos inspira a fazer das aulas de sociologia um exercício constante do que a filosofia e a antropologia chamam de *desnaturalização* do mundo. Referimo-nos a um *mundo* que é dotado de *significados* e a prevalência de uns sobre outros resulta de dinâmicas sociais que são conflituosas e nos fazem atentar para as assimetrias, desigualdades, violências, acordos, consensos que moldam as sociedades humanas.

Os docentes de Sociologia, oriundos das Licenciaturas em Ciências Sociais ou Sociologia, costumam trazer de sua formação em nível de graduação, a formação nos clássicos da disciplina que, por uma constelação de motivos, vieram a ser assim considerados e, em grande medida, fornecem a identidade do curso de ciências sociais, em que pesem as variações regionais e outras. Falamos aqui de Marx, Weber e Durkheim. Sem qualquer pretensão de impor ao professor de Sociologia no Ensino Médio o ensino dos mesmos, e longe de nós, propor que a aula de sociologia se transmude em aula de história da sociologia; ainda menos que se passe, na Educação Básica, a formar sociólogos, é possível, entretanto, admitir que os temas elencados na disciplina de Sociologia podem ser trabalhados levando-se em conta o aprendizado dos principais conceitos sistematizados pelos clássicos, a servir ao aluno como *ferramentas* na decodificação do mundo social. Falamos da formação de uma *atitude cognitiva* a ser desenvolvida nos jovens alunos que lhes afaste da *indiferença* diante dos rumos dos homens e das mulheres em sociedade, e de sua própria condução no mundo.

Disto tratou Wright Mills em *A Imaginação Sociológica* (1972), a saber, que a *indiferença* poderia revelar, num extremo, um grau de inquietação que se torna insuportável para aquele que não é capaz de pensar sobre tais inquietações a fim de fazer as escolhas possíveis (Miglievich Ribeiro e Sarandy, 2011). É contra a indiferença capaz de paralisar o pensamento e a ação, que atuaria a sociologia. Para Mills, a base do conhecimento sociológico é a crítica, esta entendida não como simples negação da realidade, mas como *imaginação*, isto é, racionalidade e criatividade em ação. Desenvolvê-la nos alunos de modo que estes possam enxergar relações entre suas vidas particulares e as questões públicas, a biografia e a história, o indivíduo e a sociedade é o desafio da disciplina. Abrir, pois, horizontes de vida, possibilidades objetivas de ação na relação com a estrutura social, que nos constrange e nos liberta. Há que se pensar que a imaginação sociológica, no entanto, somente se desenvolve na convivência, na prática do pensamento e no diálogo que encontraria na aula de sociologia um espaço privilegiado.

A sociologia dispõe de um conjunto de conhecimentos e de práticas que se relacionam ao acúmulo da experiência da espécie humana ao longo de sua história e que não podem de ser negados às novas gerações. Indubitavelmente, o saber científico acumulado tem um

importante papel a desempenhar no ensino da disciplina. Mas de modo algum é um fim em si mesmo. Há de se cuidar para que a disciplina não se transforme numa erudição gratuita, despojada de sentido para o aluno; também que não se confunda com conhecimentos técnicos acriticamente transmitidos. Mais importante é que a sociologia sirva à percepção pelo aluno de sua condição de membro de uma coletividade. Falamos de um tipo especial de raciocínio que requer uma mudança de atitude cognitiva por parte do estudante. Somente assim o conhecimento científico acumulado passará a ter sentido para este que poderá, de fato, pensar *com* o conhecimento das ciências sociais.

O desenvolvimento da *perspectiva sociológica* em nossos educandos não é tarefa fácil. Requer os melhores profissionais, as melhores licenciaturas em Ciências Sociais ou Sociologia – sem dúvidas, o reconhecimento do valor do magistério e do mérito docente. Em que pesem os desafios a ser enfrentados, ressalta aos olhos o fato de que o esforço crescente que se vem realizando em torno do *pensar* o ensino da sociologia impulsiona melhores práticas em sala de aula, na escola e na universidade, também, na produção em pesquisas nas graduações e nas pós-graduações em ciências sociais.